

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.262 - MS (2019/0042302-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE : E DE S F**  
**ADVOGADO : LUIZ ANTONIO BORRI - PR061448**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**DECISÃO**

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, onde a pretensão de trancamento da ação penal ou o reconhecimento da ilicitude das provas obtidas por meio do acesso dos dados do aparelho celular do recorrente, sem autorização judicial, é claramente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator